



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 20 de Abril de 2022
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XVI

Nº 2340



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2528, DE 19 DE ABRIL DE 2022.

"Dispõe sobre a permissão de uso de bem público municipal à Winity S.A., na forma que especifica."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 70, VI, art. 86, I, "g" e art. 92, § 3º da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a empresa WINITY S.A., sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 34.622.881/0001-02, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 913, Conjuntos 31 e 32, CEP: 04534-013, foi contratada pela Algar para a construção da torre na qual instalará seus equipamentos para fins de serviço SMP citado no Edital ALÔ, MINAS!, e para tanto necessitará utilizar-se de área pertencente ao Município;

CONSIDERANDO que o Município de Monte Carmelo dispõe de área pública adequada à instalação e à qual não foi conferida outra destinação específica;

CONSIDERANDO que o art. 92 da Lei Orgânica Municipal prevê que "o uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, quando houver interesse público devidamente justificado";

CONSIDERANDO a relevância da implementação e ampliação dos serviços de telecomunicações, a necessidade de melhoria na transmissão do sinal e o desenvolvimento de novas tecnologias;

CONSIDERANDO que o art. 3º, § 1º, VI, do Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, estabelece como essencial os serviços de telecomunicações e internet;

CONSIDERANDO que serviços públicos e atividades essenciais são aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população (art. 3º, § 1º, do Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020);

CONSIDERANDO a manifesta existência de interesse público em permitir o uso do bem objeto da permissão a que se refere este Decreto, o que se evidencia pelo atendimento aos fins de interesse geral da coletividade, mediante a contribuição para o acesso e disponibilização de serviço essencial no Distrito de Celso Bueno;

CONSIDERANDO, por fim, que nos termos do parágrafo 3º do art. 92 da Lei Orgânica Municipal, "a permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, por decreto";

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada permissão de uso gratuito do Lote 03 da Quadra 11, situado na Rua São Sebastião no Distrito de Celso Bueno, contendo a área de 117,92 m² (cento e dezessete, vírgula noventa e dois metros quadrados), conforme indicado nos Anexos I e II deste Decreto, à empresa WINITY S.A., sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 34.622.881/0001-02, para instalação de estação rádio base (ERB), podendo a permissionária:

- I - instalar, manter, operar, ampliar, consertar e substituir conjunto de antenas, torres, demais equipamentos e abrigo, utilizando-se dos meios de fixação necessários;
- II - instalar todos os acessórios, armações, cabos e outros equipamentos necessários à sua instalação, alojamento e operação;
- III - instalar equipamentos adicionais, antenas, cabos e quaisquer outros aparelhos ou acessórios;
- IV - acessar a área permitida ou executar a conexão dos equipamentos

com as redes de distribuição de energia elétrica, telefonia, água e águas pluviais, através de cabos, fios, eletrodutos e meios de fixação tecnicamente necessários.

§ 1º A permissão de uso vigorará por 15 (quinze) anos, contados da data da assinatura do termo de permissão de uso, podendo ser prorrogada por igual período mediante termo aditivo, salvo manifestação expressa de uma das partes com prazo mínimo de 90 (noventa) dias de antecedência.

§ 2º A permissão de uso poderá ser extinta:

I - por falta da permissionária, observado o devido processo administrativo;

II - na hipótese de descumprimento das disposições contidas neste Decreto ou nas cláusulas do termo de permissão de uso;

III - em caso de superveniente inviabilidade técnica que prejudique a transmissão ou recepção dos sinais;

IV - por superveniência de norma legal que a torne formal ou materialmente inexecutável;

V - por ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

Art. 2º Será formalizado termo de permissão para fins do disposto no art. 1º, no qual deverá constar, obrigatoriamente:

I - que a permissionária é responsável por todos os custos relacionados à instalação de estação rádio base (ERB) e por restituir a área no mesmo estado de conservação e limpeza ao término da vigência da permissão outorgada;

II - que a permissionária deve prestar informações sobre a área quando houver solicitação do permitente;

III - a prerrogativa do permitente de, a qualquer momento, fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste Decreto e no termo de permissão de uso;

IV - a natureza gratuita da permissão;

V - a necessidade de utilização da área segundo a finalidade estabelecida neste Decreto;

VI - a proibição de transferir a terceiros os direitos decorrentes da permissão;

VII - a proibição de modificação do uso a que se destina a área, salvo expressa e estrita concordância do permitente;

VIII - a responsabilidade da permissionária por quaisquer danos ou prejuízos causados a terceiros em decorrência do uso do bem;

IX - a possibilidade de extinção da permissão em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas do respectivo termo ou de inobservância às disposições contidas neste Decreto.

Art. 3º A permissão de uso a que se refere este Decreto aperfeiçoa-se exclusivamente em função da relevância dos serviços de telecomunicações, dado seu caráter de natureza essencial.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 19 de abril de 2022.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

Proprietário: Município de Monte Carmelo-MG CNPJ 18.593.103/0001-78, com sede na Praça Getúlio Vargas, 272 - Centro Monte Carmelo, Minas Gerais CEP 38.500-000.

Propriedade: Lote 03 da Quadra 11 sito na Rua São Sebastião no Distrito de Celso Bueno, município de Monte Carmelo-MG, contendo a área de 117,92 m².

Município: Monte Carmelo-MG

Comarca: Monte Carmelo-MG

Propriedade:

Descrição da linha perimétrica da área total (117,92 m²): Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, definido pelas coordenadas UTM N 7.906.912,69m e E 247.950,55m; deste, segue confrontando com a Rua São Sebastião, com os seguintes azimutes e distâncias: 54°58'45" e 9,90 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.906.918,37m e E 247.958,66m; deste, segue confrontando com LOTE 04, com os seguintes azimutes e distâncias: 143°29'55" e 11,80 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.906.908,88m e E 247.965,68m; deste, segue confrontando com LOTE 15, com os seguintes azimutes e distâncias: 229°48'59" e 9,40 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.906.902,82m e E 247.958,50m; deste, segue confrontando com LOTE 02, com os seguintes azimutes e distâncias: 321°09'58" e 12,67 m até o ponto inicial da descrição deste perímetro.

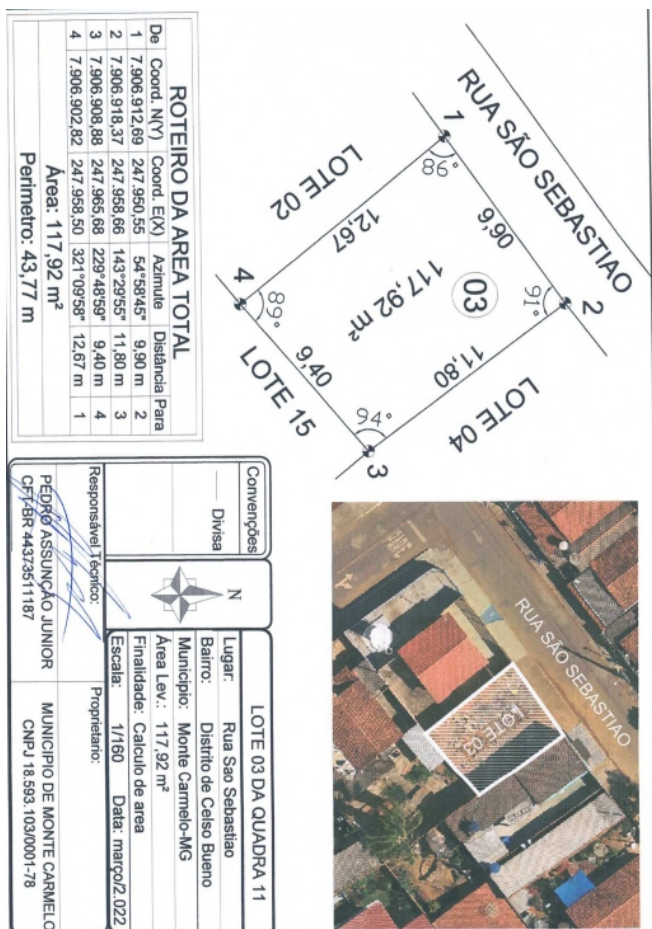
Observações:

A planta anexa é parte integrante deste memorial descritivo.

Monte Carmelo-MG, 9 de março de 2022.

Pedro Assunção Junior
CFT-BR 44373511187

ANEXO II



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 11.983, DE 19 DE ABRIL DE 2022.

"Determina a aplicação da penalidade de advertência em Processo Administrativo Disciplinar".

A Procuradora Geral do Município, Dra. Iolanda Gomes Sunahara, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 366/2007, com fundamento nos artigos 216 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos do Município e,

CONSIDERANDO o julgamento proferido no Processo Administrativo Disciplinar baseado no Relatório da Comissão Processante (fls. 70-81), instaurado pela Portaria nº 11.726, de 14 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município edição nº 2297, em 14 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar a penalidade de ADVERTÊNCIA ao servidor L. L. P., matrícula nº 441722, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais, com fundamento no artigo 190, inciso I c/c os artigos 191 e 192 da Lei Complementar nº 08/2005, considerando a natureza da infração cometida e os danos que dela provierem para o serviço público em face da violação ao disposto no art. 178, inciso I, da Lei Complementar nº

08/2005.

Art. 2º O Departamento de Recursos Humanos adotará as providências necessárias ao cumprimento da penalidade aplicada.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 19 de abril de 2022.

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG.
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 36/2022 NA
FORMA: ELETRÔNICA. A Secretaria Municipal de Fazenda, torna público que fará realizar no dia 04 de maio de 2022, às 09:00 horas o Pregão SRP nº 36/2022 – Modo de Disputa Aberto na Forma Eletrônica, tipo menor preço por item. Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Areia, Brita, Cascalho e Pedra de Mão, para atender as necessidades do Município de Monte Carmelo - MG. Com Cota e Reserva de Itens Para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. Entrega das Propostas: a partir de 20/04/2022 no site www.licitanet.com.br. Abertura da Sessão do Pregão Eletrônico: 04/05/2022 às 09:20min no site www.licitanet.com.br. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados nos sites www.montecarmelo.mg.gov.br e www.licitanet.com.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 18 de abril de 2022. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

Praça Getúlio Vargas, 272 – Centro
Monte Carmelo – Minas Gerais

Departamento de Regularização Fundiária

RETIFICAÇÃO

PROCEDIMENTO Nº 02/2021

MATRÍCULA (S) Nº 35.833 a 35.839; 35.847 a 35.856, 35.859 a 35.867; 35.868 a 35.881, 35.884 a 35.893 e 35.910 a 35.919.

PROPRIETÁRIO: Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais

A Comissão Municipal para regularização fundiária instituída pelo Decreto 2471/2021 e nomeada pela Portaria 11574/2021 retifica a informação de propriedade das 60 unidades habitacionais que constituem o Conjunto Habitacional Jardim União Carmelitana: nos anexos VII – Instauração da Reurb, VIII – Classificação da Reurb e IX – Justificativa de Dispensa do Projeto de Regularização Fundiária onde lê-se propriedade do município de Monte Carmelo, leia-se propriedade da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas.

Monte Carmelo, 6 de abril de 2022

Bolimar Luciano de Oliveira
Análise de Planejamento
Regularização Fundiária
Matrícula: 438516

Bolimar Luciano de Oliveira
Presidente da Comissão

Karoliny Aparecida Machado
Assistente Social
CRESP 2161 - 6ª Região/MG

Gileardy Gadiel Rodrigues Fernandes
Engenheiro Civil
CREA: 213.197/D-MG

Gileardy Gadiel Rodrigues Fernandes
Engenheiro



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

Praça Getúlio Vargas, 272 – Centro

Monte Carmelo – Minas Gerais

Decisão de Conclusão da REURB

PROCEDIMENTO Nº 02/2021

MATRÍCULA(S) Nº 35.833 a 35.839; 35.847 a 35.856, 35.859 a 35.867; 35.868 a 35.881, 35.884 a 35.893 e 35.910 a 35.919.

PROPRIETÁRIO: Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais

Trata-se de requerimento formulado pela legitimada Cohab Minas e Colégio Registral Imobiliário do Estado de Minas Gerais, devidamente qualificada, postulando a instauração formal da regularização fundiária por interesse social (Reurb - S) do Conjunto Habitacional Jardim União Carmelitana, com 60 (sessenta) unidades habitacionais, localizadas no Município de Monte Carmelo e com o requerimento vieram documentos.

O procedimento não possui defeitos e nulidades, razão pela qual se passa ao pronunciamento do processamento administrativo da REURB.

Não há necessidade de realizar notificações, já que o núcleo se encontra devidamente parcelado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Esclareço que, o local objeto da REURB requerida pelos legitimados qual seja, Conjunto Habitacional Jardim União Carmelitana, encontra-se devidamente registrado quanto ao parcelamento do solo, apenas inexistindo a **averação da construção e a titulação dos beneficiários** e, que, por estes motivos faz-se dispensado a elaboração do Projeto de Regularização Fundiária, conforme dispõe o art. 21, §2º, inciso II, do Decreto nº 9.310/18.

Gilleydy G. R. Fernandes
Engenheiro Civil
CREA: 213.19/D-MG

Karoliny Aparecida Machado
Assistente Social
CRESS 27201 - 6ª Região/MG

Bolimar Luciano de Oliveira
Analista de Planejamento
Regularização Fundiária
Matrícula: 438516



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

Praça Getúlio Vargas, 272 – Centro

Monte Carmelo – Minas Gerais

Insta informar também que, durante a tramitação do procedimento, verificou-se que o Conjunto Habitacional supramencionado é dotado de infraestrutura essencial exigida pelo art. 31, §1º, do Decreto nº 9.310/18, fatos estes que corroboram com a dispensa do Projeto de Regularização Fundiária e ratificam a desnecessidade de intervenções a serem executadas.

Além do mais, dispensa-se o estudo técnico ambiental pois as unidades habitacionais não se encontram localizadas em área de preservação permanente, nas unidades de conservação de uso sustentável ou nas áreas de proteção de mananciais, conforme art. 4º, § 4º, do Decreto nº 9.310/18.

Salienta-se que, os legitimados requereram a averbação e titulação das edificações no procedimento de Reurb-S, dos lotes de 01 a 07 da quadra 01 (matrículas 35.833 a 35.839); lotes 06 a 15 e 18 a 26 da quadra 02 (matrículas 35.847 a 35.856 e 35.859 a 35.867); lotes 01 a 14 e 17 a 26 da quadra 03, (matrículas 35.868 a 35.881 e 35.884 a 35.893); lotes 17 a 26 da quadra 04, (matrículas 35.910 a 35.919), Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Carmelo /MG, no Livro 02 - Registro Geral, sendo: 60 unidades com área de 36,27m² (trinta e seis virgula vinte e sete metros quadrados), todas situadas no Conjunto Habitacional Jardim União Carmelitana, no município de Monte Carmelo/MG, erigidas nos respectivos lotes na forma descrita no Projeto arquitetônico e na Descrição de quadras e lotes - DQL, independentemente de apresentação de habite-se e de certidão negativa do INSS, nos termos do art. 68 e 72 do Decreto nº 9.310/2018. Neste caso, está sendo encaminhado o habite-se referentes as unidades habitacionais supramencionadas.

Quanto aos ocupantes SEM OBRIGAÇÕES PENDENTES com a Cohab Minas, estes estão devidamente identificados às folhas 12 a 15, 17 e 34 a 38 devidamente vinculados à sua unidade imobiliária e ao seu respectivo direito real.

Gilleydy G. R. Fernandes
Engenheiro Civil
CREA: 213.19/D-MG

Karoliny Aparecida Machado
Assistente Social
CRESS 27201 - 6ª Região/MG

Bolimar Luciano de Oliveira
Analista de Planejamento
Regularização Fundiária
Matrícula: 438516



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

Praça Getúlio Vargas, 272 – Centro

Monte Carmelo – Minas Gerais

Em relação às unidades habitacionais objeto de comercialização pela Cohab Minas vinculadas a Contratos de compra e venda COM OBRIGAÇÕES PENDENTES, estes imóveis restarão regularizados em nome da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas, nos termos do art. 67 §2º, do Decreto nº 9.310/18.

Diante do exposto, declaro concluído o procedimento de regularização fundiária de interesse social – Reurb-S, nos termos do art. 40 da Lei nº 13.465/17 e art. 37 do Decreto nº 9.310/18.

Expeça-se a Certidão de Regularização Fundiária e o título de legitimação fundiária apresentando-os, mediante requerimento, ao cartório de registro de imóveis.

Publique-se, nos termos do art. 21, V do Decreto nº 9.310 e art. 31, V da Lei nº 13.465/17.

Monte Carmelo/MG, 6 de abril de 2022.

Bolimar Luciano de Oliveira
Analista de Planejamento
Regularização Fundiária
Matrícula: 438516

Gilleydy G. R. Fernandes
Engenheiro Civil
CREA: 213.19/D-MG

Bolimar Luciano de Oliveira

Gilleydy G. R. Fernandes

Presidente da Comissão

Engenheiro

Karoliny Aparecida Machado
Assistente Social
CRESS 27201 - 6ª Região/MG

Assistente Social

20/04/2022 ATA Nº11 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMAS CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE CARMELO

- 1 Ata Reunião Extraordinária dia 20/04/2022 – No vigésimo dia do mês de abril
- 2 de 2022, às 08h30min, nos reunimos na Sala dos Conselhos Municipais,
- 3 localizada na R. Tito Fulgêncio nº 117, Centro, com a presença dos seguintes
- 4 conselheiros: Thayane Fernandes Veloso, Cimeide Maria de Oliveira Portilho,
- 5 Shirlene Maria da Costa, Isaura Helena Lemes, Camilla Mundim Pereira,
- 6 Vanda Maria Pereira, Luciene Maria Barreto, Larissa Stein Rabelo, Renata
- 7 Cristina Pires Diniz Pena, a vice-presidente do CMAS Elaine Maria Lana de
- 8 Oliveira e a secretária executiva dos conselhos Jordanna Cristina Silva Mundim
- 9 Cortes. Para essa reunião tivemos como pauta: Aprovação da Prestação de
- 10 Contas do repasse PTMC a APAE, Inscrições das Entidades União Allan
- 11 Kardec-Lar dos Idosos e Casa de Repouso Sociedade São Vicente de Paula-
- 12 SSVP. A vice-presidente Elaine dá início a reunião, agradecendo a todos por
- 13 comparecerem extraordinariamente, e pede auxílio para a conselheira Thayane
- 14 Fernandes que a ajude na reunião. Então Thayane inicia-a, e começa falando
- 15 que a comissão de fiscalização do CMAS analisou a documentação que foi
- 16 enviada para a prestação de contas do repasse PTMC a APAE e averiguou
- 17 que estão corretas, sendo assim, aprovada por esse conselho. Thayane
- 18 comenta também sobre as inscrições das Entidades União Allan Kardec-Lar
- 19 dos Idosos e Casa de Repouso Sociedade São Vicente de Paula-SSVP, e que
- 20 após a análise das documentações apresentadas as conselheiras Thayane e
- 21 Dieli constataram que a documentação está atualizada e de acordo com a Lei
- 22 de Fiscalização das Entidades. Elaine e Thayane, para encerrar a reunião, se
- 23 despedem, e agradecem a todas pela presença. Nada mais havendo a
- 24 acrescentar, e, para constar, eu, Jordanna Cristina Silva Mundim lavrei a
- 25 presente ata, que depois de lida e aprovada por todos, será assinada pelos
- 26 presentes:
- 27 Elaine Maria Lana de Oliveira
- 28 Thayane Fernandes Veloso
- 29 Jordanna Cristina Silva Mundim Cortes
- 30 Cimeide Maria de Oliveira Portilho
- 31 Shirlene Maria da Costa
- 32 Isaura Helena Lemes
- 33 Camilla Mundim Pereira
- 34 Vanda Maria Pereira
- 35 Luciene Maria Barreto
- 36 Larissa Stein Rabelo
- 37 Renata Cristina Pires Diniz Pena



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LOAS - Lei Federal 8.742 de 7 de dezembro de 1993
Lei Municipal N.º 016/97 de 14 de março de 1997 e
Lei Municipal 1473, de 22/08/2018

RESOLUÇÃO Nº 06, de 20 de abril de 2022

RESOLUÇÃO Nº 06/2022
CMAS
MONTE CARMELO/MG

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
APRESENTADA PELA APAE (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DOS EXCEPCIONAIS) 2021 PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA
COMPLEXIDADE PTMC.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS no uso de suas atribuições,
fundamentadas pela Lei Municipal nº 1473, de 22 de agosto de 2018.

CONSIDERANDO a aprovação em Reunião Extraordinária do dia 20 de abril de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Lei 1473/2018 o Conselho Municipal de Assistência Social aprovou a seguinte prestação de contas referente ao repasse PTMC (Piso de transição de Media Complexidade, das parcelas, 02ª, 03ª, 04ª, 05ª, 06ª, 07ª, 08ª, 09ª, 10ª, 11ª, 12ª de 2021) a APAE.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Monte Carmelo, 20 de abril de 2022.


Elane Maria Lana de Oliveira
Vice Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
(Gestão 2021-2023)



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE

Lei Municipal nº 1477, de 12 de setembro de 2018.
Praça Celso Bueno, 24 - Centro - Cep: 38500-000
Monte Carmelo - Estado de Minas Gerais

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 03/2022

"DISPÕE SOBRE RETIFICAR O EDITAL DE CONVOCAÇÃO CMDCA Nº 001/2022.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo/MG (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA),

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1.477, de 12 de setembro de 2.018, que estabelece novos parâmetros relativos Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Federal 8.069/90, Estatuto Da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução nº 105, de 15 de junho de 2005, do CONANDA que dispõe sobre os Parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Edital de Convocação nº 01/2022 que CONVOCA os representantes de entidades civis (não governamentais), sindicatos, entidades sociais, organizações profissionais, entidades representativas do pensamento científico, religioso e filosófico e outros nessa linha, tais como movimentos sociais e demais interessados, para a Assembleia de Votação, onde serão eleitos os representantes da sociedade civil para compor o CMDCA – Biênio 2022/2024;

RESOLVE:

I – Onde se lê:

Art. 5º Poderão participar do pleito as entidades **NÃO GOVERNAMENTAIS** representativas da Sociedade Civil, os Movimentos Populares, os Sindicatos, as Entidades Sociais de Atendimento a Crianças e Adolescentes, Organizações Profissionais, Entidades Representativas do Pensamento Científico, Religioso e Filosófico, já inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme discriminado abaixo:

- 1- APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).
- 2- CARMOCEB (Pequenas Comunidades de Nossa Senhora do Carmo).
- 3- Centro pre- profissionalizante infanto Djalma Teodoro da Silva.
- 4- Associação Luta Pela Vida.
- 5- Associação Sorria Amor e Vida
- 6- Associação de moradores do Alto Vila Nova II.
- 7- Instituto Pater Educacional e Cultural.
- 8- Associação Prevenir.
- 9- Colégio Nossa Senhora do Amparo.
- 10- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – 88ª Subseção de Monte Carmelo/MG


II –Leia-se:



Art. 5º Poderão participar do pleito as entidades **NÃO GOVERNAMENTAIS** representativas da Sociedade Civil, os Movimentos Populares, os Sindicatos, as Entidades Sociais de Atendimento a Crianças e Adolescentes, Organizações Profissionais, Entidades Representativas do Pensamento Científico, Religioso e Filosófico, já inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme discriminado abaixo:


- 1- APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).
- 2- CARMOCEB (Pequenas Comunidades de Nossa Senhora do Carmo).
- 3- Centro pre- profissionalizante infanto Djalma Teodoro da Silva.
- 4- Associação Luta Pela Vida.
- 5- Associação Sorria Amor e Vida
- 6- Instituto Pater Educacional e Cultural.
- 7- Associação Prevenir.
- 8- Colégio Nossa Senhora do Amparo.
- 9- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – 88ª Subseção de Monte Carmelo/MG

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de publicação.

Monte Carmelo/MG, 20 de abril de 2022.


DEBORA MUNIZ QUAIATTO MACHADO
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Gestão 2020-2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MINAS GERAIS		NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Secretaria Municipal de Fazenda Departamento de Arrecadação – Setor de Tributos – IPTU Av.: Olegário Maciel, nº 129 – P. Andar – Bairro: Centro – CEP: 38.500-000		DÉBITOS DE IPTU Nº 0342/2022
DADOS CADASTRAIS DO(A) NOTIFICADO(A)		
Nome:	DERLY SILVESTRE DE MENEZES FILHO	CPF/CNPJ: 069.581.976-31
Endereço:	AVENIDA AMÉRICO FERNANDES, 641	Bairro: JARDIM AMÉRICO
Município:	MONTE CARMELO	Estado: MG CEP: 38500000
DADOS DO IMÓVEL		
Código do imóvel:	22889	Quadra: 02 Lote: 17
Endereço:	AVENIDA AMÉRICO FERNANDES, 641	Bairro: JARDIM AMÉRICO
Município:	MONTE CARMELO	Estado: MG CEP: 38.500-000
HISTÓRICO		
O Município de Monte Carmelo, no uso de suas prerrogativas, vem por meio desta, NOTIFICAR o(a) proprietário(a) do imóvel acima identificado, para realizar o pagamento do(s) débito(s), conforme Extrato de Débitos (doc. Anexo), no prazo de 05 (cinco) dias, os quais serão atualizados até a data do pagamento, sob pena de tal(s) débito(s) ser(em) encaminhado(s) para PROTESTO EXTRAJUDICIAL, com a inscrição do nome do(a) Notificado(a) no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CADIN/MG, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito.		
Isto, posto, a fim de evitar uma demanda judicial e extrajudicial, o Notificante solicita que o(a) Notificado(a) procure o Departamento de Arrecadação – Setor de Tributos – IPTU para efetuar a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, documento hábil para realização do pagamento do(s) débito(s) no prazo acima assinalado, e se for o caso, providenciar a atualização/alteração cadastral.		
LOCAL E DATA		
Monte Carmelo – Minas Gerais, 25 de Março de 2022.		
IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA		
Nome:	Idalina Maria Auxiliadora Mendes Veloso	
Cargo:	Especialista Tributário / 438.968	
Assinatura:		
CIENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL		
Recebi a 1ª via da Notificação Extrajudicial nº 0342/2022, em	de	de 2022.
Nome:	CPF/RG:	
Assinatura:		
ESPAÇO RESERVADO AO FISCO MUNICIPAL		
Número da Notificação Extrajudicial emitida:	Bruno Victor Alves Soares Fiscal de Tributos/Matricula: 441.750 Assinatura: 	
0342/2022		

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MINAS GERAIS		NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Secretaria Municipal de Fazenda Departamento de Arrecadação – Setor de Tributos – IPTU Av.: Olegário Maciel, nº 129 – P. Andar – Bairro: Centro – CEP: 38.500-000		DÉBITOS DE IPTU Nº 0344/2022
DADOS CADASTRAIS DO(A) NOTIFICADO(A)		
Nome:	DIANA DA SILVA SOUZA	CPF/CNPJ: 110.133.736-26
Endereço:	RUA SÃO BENTO, 579	Bairro: PLANALTO
Município:	MONTE CARMELO	Estado: MG CEP: 38500000
DADOS DO IMÓVEL		
Código do imóvel:	672	Quadra: G Lote: 8A
Endereço:	RUA SÃO BENTO, 579	Bairro: PLANALTO
Município:	MONTE CARMELO	Estado: MG CEP: 38.500-000
HISTÓRICO		
O Município de Monte Carmelo, no uso de suas prerrogativas, vem por meio desta, NOTIFICAR o(a) proprietário(a) do imóvel acima identificado, para realizar o pagamento do(s) débito(s), conforme Extrato de Débitos (doc. Anexo), no prazo de 05 (cinco) dias, os quais serão atualizados até a data do pagamento, sob pena de tal(s) débito(s) ser(em) encaminhado(s) para PROTESTO EXTRAJUDICIAL, com a inscrição do nome do(a) Notificado(a) no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CADIN/MG, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito.		
Isto, posto, a fim de evitar uma demanda judicial e extrajudicial, o Notificante solicita que o(a) Notificado(a) procure o Departamento de Arrecadação – Setor de Tributos – IPTU para efetuar a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, documento hábil para realização do pagamento do(s) débito(s) no prazo acima assinalado, e se for o caso, providenciar a atualização/alteração cadastral.		
LOCAL E DATA		
Monte Carmelo – Minas Gerais, 25 de Março de 2022.		
IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA		
Nome:	Idalina Maria Auxiliadora Mendes Veloso	
Cargo:	Especialista Tributário / 438.968	
Assinatura:		
CIENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL		
Recebi a 1ª via da Notificação Extrajudicial nº 0344/2022, em	de	de 2022.
Nome:	CPF/RG:	
Assinatura:		
ESPAÇO RESERVADO AO FISCO MUNICIPAL		
Número da Notificação Extrajudicial emitida:	Bruno Victor Alves Soares Fiscal de Tributos/Matricula: 441.750 Assinatura:	
0344/2022		

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: JEANNE CRISTINA COSTA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 270

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br